

Processo seletivo 2025

Material e orientações para a elaboração do ensaio

1. Tema: *Moderação de conteúdo e responsabilidade dos provedores de aplicações de internet*

O recurso extraordinário 1.037.396 debate o modelo de "*notice and take down*" do artigo 19 do Marco Civil da Internet - MCI (lei nº 12.965/2014). No recurso, questiona-se a constitucionalidade da exigência de ordem judicial para que provedores de internet removam conteúdos considerados ilícitos, ensejando uma reflexão sobre o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção dos direitos da personalidade, como honra e privacidade.

A agenda do debate em torno do artigo 19 tem ganhado força com a tramitação de projetos de lei, como o "PL das Fake News" (nº 2.630/2020), que trazem propostas para disciplinar o modo de remoção de conteúdo por provedores de internet. Além disso, também tem impactado no debate a resolução nº 23.732/24, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, na qual é dito que, durante o período eleitoral, é dever do provedor de aplicação de internet tomar medidas para impedir a veiculação de conteúdo político-eleitoral inverídico, afastando a necessidade de ordem judicial prévia para remoção de certos conteúdos e permitindo a responsabilização do provedor quando não realizar a remoção imediata (artigos 9º-D e 9º-E).

Esse cenário mostra a importância do tema e reflete as preocupações legislativas e judiciais sobre a atuação das plataformas digitais em uma era de desinformação e novos desafios tecnológicos.

2. Perguntas orientadoras:

Para desenvolvimento de seu ensaio, considere as perguntas orientadoras abaixo.

Perguntas obrigatórias, que deverão ser respondidas no ensaio.

1. Considerando o conteúdo do RE 1.037.396, em sua percepção, o artigo 19 do Marco Civil da Internet é compatível com os princípios da constituição federal? O contexto político e social influencia o debate do RE 1.037.396?
2. Em sua visão, a necessidade de ordem judicial para remoção de conteúdo é um avanço ou um obstáculo ao combate à desinformação nas plataformas digitais?
3. Em sua percepção, o debate sobre o "*notice and take down*" deveria ser tratado de forma diferente para conteúdos eleitorais, como faz a resolução do TSE?
4. Qual foi a decisão sobre a repercussão geral do RE 1.037.396 e, em uma perspectiva processual, o que ela significa na prática?

Perguntas facultativas, que o ensaio poderá abordar ou não.

1. Você acredita que o STF pautar o debate do RE 1.037.396 impacta no conteúdo e na tramitação de propostas legislativas, como o PL da Fake News?
2. De quais maneiras o Poder Legislativo poderia reagir à decisão do STF?

Atenção: o ensaio deve ser construído de modo a responder as perguntas ao longo do texto (e não na forma de tópicos, com pergunta e resposta). Considere as perguntas como temas de reflexão para o seu texto, que deverá ser entregue na forma de uma redação única, com introdução, desenvolvimento e conclusão.

3. Material de leitura obrigatória:

Para elaborar o ensaio, você deve partir da leitura do seguinte material:

- [RE 1.033.996 - Decisão Repercussão Geral.](#)
- [Nota do Gabinete do ministro Dias Toffoli.](#)
- [Resolução 23.732 do TSE.](#)
- [Lei 12.965/14 - "Marco Civil da Internet".](#)

O material também está disponível em <https://sbdp.org.br/processo-seletivo-efp/>, no tópico correspondente ao processo seletivo da Escola de Formação Pública para 2025.

Você pode pesquisar outras leituras complementares para construção do seu texto. Todas as referências expressamente utilizadas devem constar na bibliografia do ensaio.

Lembre-se que um ensaio é um texto opinativo e subjetivo, voltado à exposição do seu ponto de vista sobre determinado tema. Um ensaio deve expor as ideias e reflexões do autor ou da autora com originalidade.

Não há necessidade de esgotar o tema ou de apresentar fundamentação teórica sobre a matéria. O que buscamos é conhecer como você problematiza a questão e constrói seus argumentos.